

*O sujeito, o real e o social*¹

Luciano Elia²

I. NOTA PRELIMINAR

Uma vez que a presente comunicação não é a de um estudioso do campo da Análise do Discurso, que mereceu de todos vocês um seminário que, como este, é visivelmente marcado por estudos e pesquisas avançadas, pareceu-nos que a única possibilidade de aqui trazer alguma contribuição efetiva seria ater-nos ao nosso campo, mantendo aberto, no entanto, ao diálogo e à interlocução com o campo de vocês.

Decidimos então conhecer, por pouco que fosse, do campo da AD. Afinal, não haveria de ser tarefa tão irrealizável apenas do pouco tempo de que dispúnhamos, haja vista ao fato de que este campo não deixa de aproximar-se de minha herança familiar³. Do que pude compreender, o campo da AD organiza-se fundamentalmente em torno de duas tendências ou escolas principais, a européia (mais exatamente francesa), que, como não poderia deixar de ser, orienta-se precipuamente por um viés social, histórico-político e ideológico, e a norte-americana, que se norteia pelo afã de esmiuçar o discurso em sua forma gramatical, de modo pretensamente a-histórico.

Valemo-nos aqui de uma antinomia de nosso campo, a psicanálise, mas que na verdade é oriunda do campo da Linguística, do qual Lacan a extraiu para lançar algumas luzes sobre a experiência psicanalítica – que é a dualidade *enunciado* e *enunciação*, que define duas posições bastante distintas do *sujeito* – o *sujeito do enunciado* e o *sujeito da enunciação*, do ato de enunciar, que, para nós, psicanalistas, situa-se no nível inconsciente, e é o lugar do *desejo do sujeito* veiculado na mensagem proferida pelo sujeito do enunciado, que no entanto o desconhece radicalmente. Utilizando esta antinomia, poderíamos dizer que enquanto a escola americana permanece ao nível do enunciado, e o analisa em termos de sua estrutura discursiva e gramatical, e escola européia opera com a dualidade *enunciação/enunciação*,

¹ Comunicação apresentada no II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. *O Campo da AD no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites*, organizado pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e realizado em Porto Alegre, na Reitoria da UFRGS, entre os dias 30 de outubro e 4 de novembro de 2005, tendo a presente comunicação sido feita na Mesa intitulada “**A Constituição da subjetividade: o singular e o social**”, na manhã do dia 4, a convite da Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, Coordenadora Geral do II SEAD.

² Psicanalista, Professor titular da área de Psicanálise e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise do Instituto de Psicologia da UERJ, Analista Membro de Escola (AME) do LAEP (Laço Analítico Escola de Psicanálise), da sub-sede do Rio de Janeiro.

³ Sendo nosso pai, que se chamava Sílvio Elia, um dedicado estudioso do campo da Linguística e da Filologia, deixou-nos a exigência de não desconhecer um importante setor deste campo, que é a Análise do Discurso.

considerando, portanto, o plano de valores, histórica e politicamente construídos, que determina a produção discursiva (que corresponderia na Psicanálise ao plano da enunciação do sujeito do inconsciente, desde que despido justamente de sua roupagem valorativa e significativa para, como estrutura significante regente da enunciação, permitir situar o que poderíamos chamar um tanto abusivamente de “desejo do discurso”).

Seria simplista dizer que os americanos privilegiam o enunciado e os europeus a enunciação. Não. Os primeiros não operam com esta dualidade, e portanto não poderiam ser reduzidos a uma de suas componentes, enquanto que os segundos operam com esta dualidade e portanto são afetados pelos dois níveis que a compõem.

Na comunicação que elaboramos para este seminário, procuramos aproximar a estrutura do inconsciente como lugar da enunciação da estrutura do social, o que se insere na problemática específica proposta para esta Mesa. Esperamos ser bem sucedido na tarefa de transmitir-lhes algo de útil aos estudos de vocês.

II. O SUJEITO, O REAL E O SOCIAL

O que pretendemos, assim, é contribuir, mais uma vez⁴, para a avanço da elaboração, a nosso ver sempre difícil e trabalhosa, mas por isso mesmo muito fecunda, das relações da Psicanálise com o que podemos denominar de campo social.

O viés que privilegiamos, nesta nova empreitada, é *metodológico*, e com isso queremos dizer que discutiremos a lógica, e, de certo modo, também a topologia, para discutir as relações entre esses dois campos. O vetor de construção de nosso argumento é a categoria de *sujeito*.

Uma das possibilidades de se pensarem as relações entre a psicanálise e o campo social, que chamaremos de trivial, é aquela que supõe esses dois campos como topologicamente separados, e conceitualmente heterogêneos. De um lado, teríamos o campo do sujeito, entendido como uma entidade psicológica, com suas características, leis de funcionamento (inconsciente, por exemplo), modos de constituição, de relação com outros elementos (os objetos, por exemplo), enfim, com as propriedades que a ciência que dele se ocupa define. Nesta perspectiva, o sujeito seria um recorte no interior de um modo de pensamento definido como *individualismo*. Seria também um objeto no sentido estritamente científico do termo, e sua consideração seria a tarefa de uma determinada ciência, a psicanálise, no caso. De outro lado, teríamos o campo social, plurívoco quanto às diferentes teorias e saberes que o atravessam, mas concebido, nesta perspectiva metodológica, como um campo regido pelas leis do coletivo, sejam elas estruturalistas, positivistas, marxistas ou funcionalistas. Neste campo, não se trataria do indivíduo, seja ele tomado em sua dimensão consciente ou inconsciente, empírica ou racionalista, substancial ou simbólica. A psicanálise, nesta *démarche* incluída no campo maior das psicologias, estaria estabelecida e suficientemente distinta da sociologia, da antropologia e da ciência política.

⁴ Dizemos “mais uma vez” porquanto este seja um tema de nosso reiterado interesse, tendo-se constituído como objeto de nossa Tese apresentada para concurso de Professor Titular *O inconsciente e o Social: sobre paternidade e delito*, apresentada na PUC-Rio em 1995. [inérito].

Ainda seguindo esta lógica, esta forma metodológica de pensar, a psicanálise poderia fazer *incursões* no campo social, como aquelas, supostas e famosas, que Freud teria feito no campo antropológico (*Totem e tabu*, *Mal-estar na civilização*), sociológico (*Psicologia das massas e análise do eu*) e das religiões (*O futuro de uma ilusão*). Quando socialmente interessada, a Psicanálise proporia formas de tornar inteligíveis, à luz de seus conceitos, determinados fenômenos ou recortes sócio-antropológicos. A dimensão social do saber e da prática psicanalíticas seriam, assim, definidos como *extensões* de seu campo, *ampliações* de seu universo conceitual, e até mesmo *conexões* com outros campos. O sujeito, estritamente falando o objeto, por excelência, da psicanálise, poderia ser extremamente enriquecido com tais acréscimos, mas, a rigor, deles não necessitaria, metodologicamente falando, para ser pensado, e para que a psicanálise sobre ele pudesse operar⁵.

É em direção inteiramente diversa desta que acima caracterizamos que pretendemos caminhar neste ensaio. Propomos que a psicanálise, tal como construída por seu criador Sigmund Freud, não é compatível com esta perspectiva da relação entre o psicanalítico e o social, cuja imagem topológica mais adequada para representar seria a da vizinhança, contigüidade, no melhor dos casos, vizinhança amistosa, colaborativa, interativa.

Para nós, o inconsciente freudiano requer, em sua própria constituição, a inclusão do social, embora não de qualquer modo, e por isso a exigência de uma discussão metodológica (que concerne, no caso, ao *modus operandi* com que estabelecemos certas relações). Se afirmássemos simplesmente que o social deve ser incluído no campo do inconsciente, fazendo parte de seu próprio processo de constituição mas sem nenhuma consideração metodológica, poderíamos incorrer no equívoco de trazer para dentro do campo do inconsciente esta dimensão do social, acompanhada de todo o cortejo de propriedades habitualmente associadas a ele, tal como está, intacto, ou seja, configurado pelas concepções sociológicas que compartilham do mesmo *modus operandi* que a psicanálise que caracterizamos como *individualista*. A única operação que estaríamos efetuando seria a de enfiar dentro de um campo um objeto que normalmente é seu vizinho, sem alterar o modo de conceber a ambos. A esta alteração topológica deve corresponder, pois, uma alteração conceitual.

Se o inconsciente requer o social, não é tal como está constituído pela sociologia, eivado de noções, valores, normas, ou seja, como conjunto de elementos de significação já constituída. O inconsciente é uma noção impensável fora do registro inter-humano, fora do campo da alteridade, fora de um laço entre o sujeito, como pólo, *locus* de referência do inconsciente, e o que o envolve, o circunda, mas que, nem por isso, pode ser tomado, neste processo, como um *ambiente* (familiar ou social) pleno de significações prontas, construídas, forjadas no forno psicossocial.

Por isso Lacan foi levado a utilizar a categoria de Outro, que, por estranhas e familiares razões ainda se afigura a alguns como hermética, obscura ou simplesmente *jargonizada*, mas que é o pronome indefinido substantivado que existe em todas as línguas, palavra corriqueira, que designa a alteridade como tal, desprovida de qualquer propriedade, significação ou valor prévios, e que Hegel já havia empregado com maiúscula em sua filosofia⁶. Lacan começa por dizer que o *inconsciente* – que já era por ele dito *estruturado como uma linguagem*, operação pela qual ele já havia dessubstancializado, desbiologizado e

⁵ Lacan diz que a psicanálise opera sobre um sujeito, e que este é o mesmo da ciência. (Cf. Lacan, J. – *La science et la vérité*, [1965], in *Écrits*, Paris, Aux éditions du Seuil, 1966, pg. 858. A frase de Lacan é “le sujet sur quoi nous opérons en psychanalyse ne peut être que le sujet de la science”.

⁶ *Anderer*.

despsicologizado o inconsciente – *é o discurso do Outro*. Com isso, ele associou, de saída, o inconsciente com o que é alteritário, exterior ao sujeito, ainda que para tornar-se o seu *mais íntimo*. E veio a forjar o termo neológico *éxtimo* (*exterior íntimo*) para designar incisiva e apropriadamente esta condição. Em outros momentos, Lacan dirá que o *inconsciente é o social*, e que o *inconsciente é a política*.

E Freud? Freud disse outras coisas. Mas será que ele as disse segundo *outra lógica*? Ou será que podemos sustentar que ele as disse, pelo contrário, para indicar o norte metodológico a que Lacan diz, no ponto de partida de seu ensino, ter retornado? Tomamos a posição de sustentar esta segunda via.

Freud construiu um mito, o mito do Pai da horda primitiva, que é assassinado no começo da História por seus filhos, que, no lugar do pai assassinado, erigem uma lei, uma pactuação coletiva, que lhes amputa da possibilidade real de gozar plenamente. Isto, para Freud, funda o pacto civilizatório. Quer Freud nos oferecer uma teoria antropológica, insustentável em seus enunciados se os tomarmos como articulando teoria e realidade concernida? Não. Freud é obrigado a construir este mito para dar conta da estrutura de seu sujeito, o sujeito do desejo e da culpa inconscientes, cuja constituição tem, na raiz mesma que se situa no seu mais íntimo nível, o laço social e civilizatório como condição essencial.

Em outras palavras, Freud estabelece uma articulação, inédita no saber, entre os campos da Natureza e da Cultura, segundo a qual esses dois campos são exigíveis para que haja sujeito, mas desde que despossuídos de seus respectivos conteúdos. Ou, dito de outro modo, o atrelamento entre Natureza e Cultura cria, como os círculos de Euler que Lacan utiliza em vários pontos de seu ensino, um espaço de interseção cuja principal propriedade é que ele esvazia tanto a Natureza quanto a Cultura de seu conteúdo significativo, restando, de cada uma delas, o esqueleto estrutural.

Interseção vazia, é esta a casa primeira do sujeito, que, por isso mesmo, não é um rebento natural que se desenvolve em interação (por mais complexa que seja) com o ambiente cultural (tese de fundo de toda psicologia), nem um mero “produto do meio” (sociologia positivista ou psicologia comportamental ingênua).

No trinômio “bio-psico-social” em que muitas psicologias acreditam afirmar sua seriedade na consideração de todas as espécies de fatores que determinam um ser humano, o que há é a balela de se somarem três classes de fatores de tal modo que, seja qual for o nível de rigor no critério aplicado para inventariar e correlacionar esses fatores, eles jamais terão sido articulados a partir do ato do sujeito neles implicado, ou seja, tais fatores serão sempre *aplicados* a um indivíduo – ou a um conjunto de indivíduos – *por obra do saber de um outro*, cientista “humano”, trabalhador ou pesquisador social. Nesse trinômio, o “psico” acaba por definir-se como a mescla do “bio” com o “social”, que mantém, cada um deles, suas propriedades e sua consistência (conceitual, significativa, valorativa, etc.).

No caso da psicanálise, pelo contrário, o esvaziamento semântico dos campos da Natureza e da Cultura faz com que a lúnula vazia do miolo de interseção exija o ato do sujeito que tem, então, condições de se constituir ali mesmo onde inexistia a mensagem que o definiria por ele. Inexistia a mensagem, mas mantém-se as coordenadas estruturais de sua determinação. É fato de estrutura, pois, que o sujeito, determinado e não autóctone, seja no entanto chamado a ser ativo, convocado ao ato, no ponto mesmo em que *se faz* determinado.

Se Freud abandonasse a referência (ainda que vazia, insistimos) à natureza, ele estaria fazendo uma teoria do sujeito em que este seria um ser *inteiramente* simbólico, ou um “fruto cultural”, espécie de anjo incorpóreo. Se abandonasse a referência à cultura, ao social, faria uma teoria do sujeito biológico, com que sonham as neurociências comportamentalistas de hoje em dia. E se, ainda, fizesse das duas referências um interacionismo pseudo-advertido, nada teria feito de novo, recaindo em qualquer velho e desgastado esquema de todas as psicologias. Freud não optou por nenhuma dessas três vias, mas adotou uma quarta, outra via: manteve a referência a uma herança natural que, na linguagem do mito que ele foi então levado a criar, reduz-se aos efeitos de um assassinato. Assassinato do pai-natureza, do *orangotango*, como diz Lacan, que é o pai da horda freudiano.

Da natureza, herdamos *somente* a culpa por tê-la assassinado, o que não é pouco, pois esta culpa gira em torno de um vazio de sentido que tem altíssimo poder de causar nossos sintomas ou atos. Da cultura, recebemos a malha simbólica, o esqueleto significante sem significado algum, que não cessa de nos convocar ao trabalho de significação pelo qual nos tornamos sujeitos e não objetos do estudo acadêmico-universitário das chamadas ciências humanas. O sujeito é o ponto ancorado no mais puro real, irredutível e inapreensível ao mesmo tempo, entre essas duas ordens de determinação.

Assim, nos fenômenos que interessam aos estudos e pesquisas daqueles que se interessam pelos problemas humanos e sociais, - doença mental, delinquência, risco social, abandono infantil, toxicomanias, entre outras situações que convocam a intervenção clínica concreta e portanto a pesquisa conseqüente e igualmente comprometida com o corpo social concreto – a contribuição decisiva da psicanálise será sempre a de mostrar, antes de qualquer outra coisa, que nenhuma teoria ou saber do campo das ciências sociais será capaz de definir o sujeito, explicar seus atos, prevê-los ou modifica-los. Na tessitura social em que o sujeito se constitui e se insere, é sempre no ponto do rasgão, da fenda, do hiato que o sujeito se situa. Na psicanálise, o nome daquilo que, tal como a culpa de que falamos acima como única herança do assassinato da natureza, causa, age, afeta, incide e insiste mas não se chega nunca a nomear é *Real*. Assim, o lugar do sujeito no social é o lugar do real. O sujeito é o real da ordem social.

Impossível de nomear, o real em que o sujeito se constitui também é impossível de educar, governar e analisar. Vê-se que tais impossibilidades, registráveis em toda sociedade humana, são as impossibilidades decorrentes do estatuto do sujeito como o real que habita a malha social. Não existe nenhuma oposição, antinomia ou dissociação entre o sujeito e o social. Existe, sim, descontinuidade, desarmonia, desnível. Mas esses são os nomes do próprio sujeito, e, assim, não podem aplicados à relação que o sujeito manteria com a ordem social. O sujeito é, por assim dizer, a descontinuidade estruturalmente constitutiva da ordem social, pelo fato de que esta ordem diz respeito unicamente a seres falantes.

Milner se refere ao sujeito como o *referente absoluto*, lugar que o sujeito só vai assumir no ensino de Lacan. Há, em todo saber, o ponto invariante, o referente em relação ao qual outros elementos do saber considerado pode variar, deslocar-se, transformar-se. Na psicanálise, o referente absoluto é o próprio sujeito, não porque ele fosse dotado de alguma essência que o tornaria imutável, eterno e verdadeiro, como o Bem platônico, mas, pelo contrário, porque ele não tem consistência alguma, saber algum, e portanto não tem nenhuma necessidade de ser diferente do que é, razão pela qual é o invariante absoluto. O sujeito é exigível – e exigido – pelo significante que o supõe. Invariante e sem nada saber, o sujeito entretanto é suposto e exigível em todo ato de um ser falante. Falar implica o

sujeito, e é por isso que Lacan dirá que o inconsciente é o conjunto de efeitos da fala sobre o sujeito⁷.

É esta condição que lhe impõe a mais radical e cruel das responsabilidades, posto que é responsabilidade pelo que o sujeito não fez, não sabe ter feito ou, tendo feito e sabendo disso, não quis fazê-lo por seu livre arbítrio e vontade própria. Se o sujeito está nesse lugar em relação ao campo social, só lhe resta a mais aguda responsabilização. Este termo é preferível ao de responsabilidade por pressupor uma ação, que veicula a idéia de que só podemos ser verdadeiramente responsáveis pelo que ainda não sabemos. Responsabilizarmo-nos pelo que sabemos que fazemos é a tarefa do gerente de um estabelecimento comercial, tal como aparece nos apelos. “Quero falar com o gerente, com o responsável por isso aqui”. Mas, neste caso, o sujeito está exatamente na posição oposta àquela que seria a sua: se ele é o lugar do real na estrutura do social, sua responsabilidade deixa de ser um atributo seu ou de outrem, conforme o caso (que permeia uma distribuição do tipo: “disso eu sou responsável, mas daquilo não”).

O sujeito não é, portanto, responsável por aquilo que estaria sob a égide de sua competência, saber ou escolha consciente. Freud, de um modo que não nos parece anódino, utiliza o termo escolha exatamente ali onde ele não poderia ser o equivalente de um juízo fundado no livre arbítrio: *a escolha da neurose*⁸. Impossível que se escolha a neurose por uma decisão do juízo consciente. E, no entanto, se escolhe a neurose, segundo nos ensina Freud. Lacan, no movimento que acompanha a mesma perspectiva de Freud, afirma: “Só podemos nos responsabilizar por algo que não podemos ainda responder”⁹. Pelo que já podemos responder, nossa resposta não terá o mesmo valor ético. Mas, se nos responsabilizamos justamente ali onde não temos ainda condição de responder, então tomamos a responsabilidade no sentido inconsciente e radical.

Para concluir, diremos que o sujeito só poderá afetar-se, fazer-se modificar e mudar sua posição na existência se for dele exigido que fale, evidentemente sem saber o que está dizendo (isso parece impossível, e é, mas é muito menos impossível do que falar sabendo do que está falando, dado que o sujeito é definido justamente como aquele que não só não sabe o que diz mas não sabe sequer que diz). Neste ponto se situa a mais importante contribuição da psicanálise ao campo social. Todo saber nele produzido terá que submeter-se a uma exigência que, mais do que ética, decorre do próprio método da psicanálise: a fala, sua condução e o saber a ser produzido terão que estar do lado do sujeito. Não existe a menor possibilidade de um avanço real no campo das questões sociais que envolvem, por sua condição mesma, o sujeito que fala, sem que o eixo do trabalho, clínico, institucional e comunitário e de pesquisa seja indicado pelo sujeito, ao ser escutado para além do que se sabe sobre ele, e, mais ainda, do que ele sabe sobre si.



⁷ Lacan J. – *Position de l'inconscient*, in *Écrits*, Paris, Aux éditions du Seuil, 1966, pág. 834

⁸ O termo em alemão de Freud é *Neurosenwahl*, e encontra-se, por exemplo, no texto:

⁹ Lacan, J. – *O Seminário, Livro XV – O Ato psicanalítico (1967/68)*, Lição III, de 29 de novembro de 1967, inédito.